

## PRIVATIZAÇÃO

● E-Paraná Comunicação é instituída. Sindijor lutou ao lado de entidades sociais para impedir a privatização disfarçada da emissora pública do estado. Agora a situação de muitos trabalhadores é incerta **pág\_03**



## ENTREVISTA: EDUARDO MEDITSCH

● PEC do Diploma - bom para o jornalismo, bom para a sociedade: Em meio a polêmicas e demasiada lentidão, a volta da obrigatoriedade do diploma de jornalista vive tempos decisivos **pág\_05**



# Extra Pauta

JORNAL DO SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO PARANÁ | nº 103 | Novembro\_2013 | [www.sindijorpr.org.br](http://www.sindijorpr.org.br)



## ORGANIZAÇÃO

# Jornalistas ganham mal e empresas lucram mais

● Reunião realizada no dia 25 de outubro na Casa do Jornalista, sede do Sindijor



Regis Luis Cardoso

Representantes das empresas de comunicação do Paraná se negaram a atender questões definidas em assembleia pelos próprios trabalhadores. Para o Sindicato, uma postura intransigente e conservadora **pág\_04**

## EVENTO



## 18º Sangue Novo

Tradicional noite dos estudantes paranaenses lotou Memorial de Curitiba **pág\_08**

# Sindijor faz 68 anos em clima de lutas

Nos meses em que o Sindicato completou 68 anos de existência, a direção da entidade teve que deixar as comemorações de lado para se envolver de cabeça em pelos menos três importantes atividades: negociações com os patrões com vistas à assinatura do Termo Aditivo à nossa Convenção Coletiva de Trabalho, para vigorar a partir do mês de outubro; a luta contra a aprovação do projeto de lei 383/13, do governo Beto Richa, que criou a empresa E-Paraná; e a organização do Sangue Novo.

Os três assuntos são foco de matérias deste Extra Pauta. O 18º Sangue Novo finalizou dia 30 de outubro, com a presença de aproximadamente 400 estudantes e professores de instituições de ensino de diversas regiões do estado, que participaram da solenidade de premiação no Memorial de Curitiba.

Os outros dois assuntos continuam em pauta. Apesar dos esforços feitos pelo Sindijor, com apoio de outras entidades, o projeto do governo estadual que institui um novo modelo de gestão da Rádio e TV Educativa foi aprovado pela maioria dos deputados paranaenses. Apenas sete votaram contra. A lista está na página 3.

Para o Sindicato, o novo modelo nada mais é do que uma privatização disfarçada da Rádio e TV Educativa e, por isso, a entidade sempre se posicionou contrária ao projeto e marcou posição em defesa da abertura de concurso público. Essa, aliás, é uma reivindicação constante do Sindijor para todos os níveis do serviço público. Infelizmente,

os Executivos se negam a implantar esta forma democrática de ocupação das vagas para jornalistas.

A luta do Sindijor continua agora em defesa dos profissionais que trabalham na Educativa, uma vez que o projeto não dá qualquer garantia de emprego a estes profissionais, que hoje estão todos de contratados de forma precária.

Sobre o Termo Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho, que entrará em vigor retroativamente a outubro/2013, só temos a lamentar.

Nas últimas negociações, em outubro/2012, tinha ficado acertado entre os sindicatos patronais e dos trabalhadores que, apesar da nossa data-base ser transferida para 1º de Maio, em outubro/2013 as partes voltaram a sentar para negociar dois pontos de pauta: aumento real e uma cláusula para regulamentação do estágio em jornalismo. Os sindicatos patronais, no entanto, desconsideraram solenemente este compromisso assumido e disseram à mesa que não estavam preparados para discutir estes dois itens. Ou seja, eles tiveram um ano para debater internamente nossas reivindicações, mas não o fizeram.

Com isso, os patrões também desconsideraram um trabalho que o Sindijor realizou durante todo este ano. Foram várias reuniões com representantes dos cursos de comunicação para discutir uma proposta de regulamentação do estágio. Todas estas lutas, agora, voltam à tona em fevereiro, quando começa as negociações com vistas à próxima data-base, em 1º de Maio.



■ A história do Sindijor está nas páginas do livro "Uma tribo e suas trilhas num sindicato: concepção de sindicato entre jornalistas", obra do jornalista e ex-presidente da entidade, Emerson Castro. No site [www.sindijorpr.org.br](http://www.sindijorpr.org.br) você pode conferir o histórico da entidade

## ARTIGO

# As ironias do nosso diploma de gourmet

Por Wyllian Correa \*

Nos idos de setembro de 2009, o então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, era, também, o relator da ação que veio a por fim à obrigatoriedade do diploma de jornalista para o exercício da profissão. "Um excelente chefe de cozinha certamente poderá ser formado numa faculdade de culinária, o que não legitima o Estado a exigir que toda e qualquer refeição seja feita por profissional registrado mediante diploma de curso superior nessa área", comparou o jurista na ocasião.

Ao que parece, o STF aprecia que em sua casa seja servida sempre a alta cuisine. "Diploma, devidamente registrado, de curso de nível superior de graduação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC, e registro na Delegacia Regional do Trabalho". Estas três linhas de requisitos circularam em textos dos mais diversos veículos que discutem a comunicação no Brasil no último mês. O inusitado da coisa se faz na sua origem, o edital do concurso para 'Analista Judiciário - Comunicação Social' do STF, que encerrou suas inscrições no dia 04 de novembro.

O que o STF faz nada mais é que a expressão de uma exigência que não dá qualquer sinal de enfraquecimento no próprio mercado. Onde estão sendo contratados os "não diplomados"? A vaga 'jornalista' continua sendo a com canudo.

A crise entre universidade e mercado, ou o atletiba teoria x prática, é um dos campos no qual jogam argumentos centrais da polêmica. É sabido que muito disso se deve à mítica "rua". As carteiras enfileiradas das classes não substituem a desordem de onde se extrai o material da redação.

No entanto, a complexidade do mercado atual não abre margem a uma visão romântica do trabalho. Tem muita redação que não é calçada, e sua janela para o mundo se resume ao telefone e o release no e-mail. Assim como nem toda sala de aula é "Blá Blá Blá" (2013, p.11)", mas espaço de reflexão e experimentação para a futura prática.

Se a palavra de ordem é gastronomia, a vinheta da Globo News "Informação é igual comida" nos dá a defesa dos nossos chefs: "quando é feita por quem entende, você vê logo a diferença". O povo merece ser bem servido como qualquer ministro do STF.



\* Wyllian Correa é jornalista e professor de Comunicação na Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Email: [weduardo@gmail.com](mailto:weduardo@gmail.com)

As opiniões aqui publicadas não refletem necessariamente a posição do Sindijor, são de responsabilidade do próprio autor. Envie também seu artigo: [extrapauta@sindijorpr.org.br](mailto:extrapauta@sindijorpr.org.br)

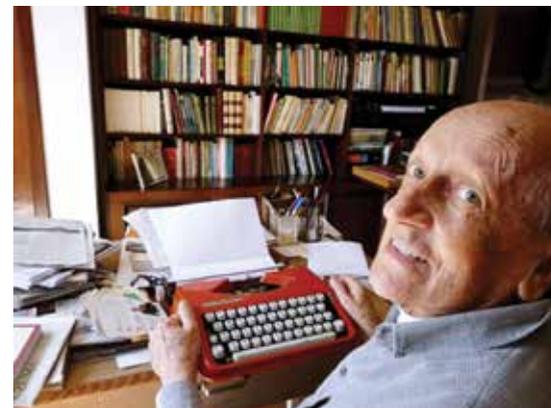
## NOTAS DE FALECIMENTO

# Ex-conselheiro e presidente do TCE João Féder

■ Na madrugada do dia oito de outubro, o jornalista, radialista, advogado, professor e autor de várias publicações, João Féder faleceu. Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR) por 33 anos e presidente da instituição em três gestões, Féder também exerceu as funções de corregedor-geral e vice-presidente em várias oportunidades. Foi diretor dos jornais "O Estado do Paraná" e "Tribuna do Paraná" (jornal que criou, planejou e colocou em circulação), diretor da "TV Iguazu" (Canal 4, de Curitiba), diretor da "TV Tibagi" (Canal 11, de Apucarana) e diretor, para o Paraná, da Fundação Cásper Líbero.

Na área acadêmica, Féder foi professor do curso de Comunicação Social da PUC-PR (cadeira de "Rádijornalismo") e da cadeira de "Ética e Legislação de Imprensa" do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do

Paraná (UFPR) por mais de 30 anos. Se sindicalizou-se no dia 23 de junho de 1957, é o número 36 no registro da entidade. O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná vê neste profissional um grande exemplo de trabalhador, deixa um legado e referência histórica em todas as áreas que atuou.



Daniella Bittencourt Féder

## EXPEDIENTE

Extra Pauta é órgão de divulgação oficial do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná. ISSN: 1517-0217. Endereço: Rua José Loureiro, 211, Curitiba/PR. CEP 80010-000. Fone/Fax: (041) 3224-9296. E-mail: [sindijor@sindijorpr.org.br](mailto:sindijor@sindijorpr.org.br) | Jornalista responsável: Guilherme Carvalho (MTB: 4492) Redação: Regis Luis Cardoso (MTB 5849) [extrapauta@sindijorpr.org.br](mailto:extrapauta@sindijorpr.org.br) Edição Gráfica e ilustrações: Simon Taylor | [www.ctrlscomunicacao.com.br](http://www.ctrlscomunicacao.com.br) Impressão: Grafnorte | Tiragem: 1.500 exemplares



● O diretor do Sindijor, Pedro Carrano, o deputado estadual Tadeu Veneri (PT) e o presidente do Sindijor, Guilherme Carvalho, comandaram o debate público na ALEP

Gibran Mendes

# Privatizar a RTVE é a salvação?

## A emissora pública do Paraná está em nova fase e o futuro dos trabalhadores é incerto

No fim de outubro, a comunicação paranaense recebeu um duro golpe para a comunicação paranaense aconteceu. O Projeto de Lei nº 383/13, do governo Beto Richa, que autoriza a instituição da E-Paraná Comunicação, foi aprovado.

Para o Sindijor, o PL 383 sempre foi uma privatização disfarçada, um atentado à sociedade paranaense e aos jornalistas da emissora. Após tramitação na Assembleia Legislativa do Estado (ALEP), a adequação para o novo modelo de gestão da Rádio e TV Educativa do Paraná (RTVE) era questão de tempo. E com esse panorama nada favorável, o Sindijor valorizou a luta e participação das entidades sociais que procuraram salvar a RTVE do Projeto de Lei do governador.

Apesar da administração Richa aprovar o PL de forma rápida e sem promover debate público, inclusive se ausentando das conversas com os trabalhadores da emissora, o Sindijor lutou contra esta intransigência estatal.

**DIÁLOGO:** O Sindicato em nenhum momento fugiu do debate sobre uma questão fundamental para a sociedade paranaense. Foi até os trabalhadores da RTVE apresentar emendas ao PL, assim como explicar o teor do Projeto; conseguiu, ao lado das lideranças de oposição na ALEP e entidades da sociedade, promover Reunião Pública na Sala das Comissões da Assembleia, no início de outubro.

Nesse percurso de diálogo e debate com as mais diferentes organizações sociais, o Sindijor elaborou um abaixo-assinado contra a privatização da emissora pública paranaense. Ao lado das entidades sociais, criou uma comissão que buscou o diálogo com o governo. Aprofundou a questão com jornalistas em todo o estado a partir de atividades regionais.

Fizeram parte da Comissão, além do Sindijor, a Fenaj, CUT, Lideranças do PT, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), União Paranaense dos Estudantes (UPE), Frente Contra Privatização, CWBTV (TV Comunitária de Curitiba).

**PRIVATIZAÇÃO DISFARÇADA:** o Sindijor enaltece as entidades de classe que se uniram contra o PL da “E-Paraná Comunicação”. “Infelizmente o diálogo com o governo não avançou. Mas conseguimos ampliar o debate de interesse público. Uma das provas desse resultado foi o convite, por parte do legislativo, para uma audiência entre Sindijor, governo do estado e deputados”, explicou Guilherme Carvalho, presidente do Sindicato.

Este encontro foi promovido pela Comissão de Obras, Transporte e Comunicação da Assembleia Legislativa, já no fim de outubro, data próxima à aprovação do PL. A atividade colocou representantes do governo e do sindicato frente a frente no debate sobre a criação da E-Paraná Comunicação.

O Sindijor sempre se posicionou contrário ao projeto e marcou a defesa de abertura do concurso público. “Esta seria a melhor opção para se garantir autonomia e liberdade editorial para as produções da emissora que deveria atender aos interesses públicos e não do governador”, ressaltou Carvalho.



Gustavo Vidal



Gibran Mendes

● Ao lado de diversas entidades de classe, organizações sociais e lideranças de oposição na ALEP, o Sindijor promoveu o debate público sobre o PL da E-Paraná

Já os representantes da Secretaria de Comunicação apontaram que a proposta resolveria os problemas atuais para contratação de pessoal. Dentre os argumentos do governo, está a possibilidade de evitar os gastos que incidem sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

**FUTURO MAIS QUE INCERTO:** O Sindijor viu com estranheza a ausência de diálogo do governo e a pressa para a aprovação do PL. A batalha por um debate justo e transparente foi se restringindo a apresentar, por parte da oposição ao governo do estado, propostas de emendas ao Projeto que autorizou a instituição da E-Paraná Comunicação.

Apesar de atrasar os planos do governador do Paraná, tanto o Sindijor, quanto as entidades sociais e a oposição à máquina estatal, viram

a pauta dos trabalhadores ser rechaçada na casa legislativa. Segundo o deputado estadual Tadeu Veneri (PT), que apresentou as propostas elaboradas em conjunto pelo Sindijor e mais 38 organizações sociais, “infelizmente o Projeto abriu para a privatização da TV Educativa. É lamentável o que estamos vendo hoje, isso é uma privatização mascarada e não dá garantias aos trabalhadores da emissora”.

Sete deputados votaram contra o projeto. Porém, a adesão do legislativo poderia ter sido maior se o governo não se recusasse a discutir o tema junto à sociedade. “A forma como o governo enviou o Projeto para a casa legislativa do estado (regime de urgência) já mostrou que não queria o debate. Prefere transformar a TV Pública em um braço privado com recursos públicos”, completou Veneri.

### LISTA DOS DEPUTADOS QUE VOTARAM O PL 383/13

- ADELINO RIBEIRO (PSL) Sim
- ADEMAR TRAIANO (PSDB) Sim
- ADEMIR BIER (PMDB) Sim
- ALCEU MARON FILHO (PSDB) Sim
- ALEXANDRE CURI (PMDB) Sim
- ANDRÉ BUENO (PDT) Sim
- ANIBELLI NETO (PMDB) Não
- ARTAGÃO JUNIOR (PMDB) Sim
- BELINATI (PP) Sim
- BERNARDO RIBAS CARLI (PSDB) Não Votou
- CAÍTO QUINTANA (PMDB) Não Votou
- CANTORA MARA LIMA (PSDB) Sim
- CLEITON KIELSE (PMDB) Não Votou
- DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) Sim
- DR. BATISTA (PMN) Não Votou
- DUÍLIO GENARI (PP) Sim
- ELIO RUSCH (DEM) Sim
- ELTON WELTER (PT) Não Votou
- ENIO VERRI (PT) Não
- EVANDRO JUNIOR (PSDB) Sim
- FERNANDO SCANAVACA (PDT) Sim
- FRANCISCO BÜHRER (PSDB) Sim
- GILBERTO MARTIN (PMDB) Não
- GILBERTO RIBEIRO (PSB) Sim
- GILSON DE SOUZA (PSC) Sim
- HERMAS BRANDÃO JR (PSB) Não
- JONAS GUIMARÃES (PMDB) Sim
- LUCIANA RAFAGNIN (PT) Não Votou
- LUIZ ACCORSI (PSDB) Sim
- LUIZ CARLOS MARTINS (PSD) Não Votou
- MARLA TURECK (PSD) Sim
- MAURO MORAES (PSDB) Não Votou
- NELSON GARCIA (PSDB) Sim
- NELSON JUSTUS (DEM) Não Votou
- NELSON LUERSEN (PDT) Sim
- NEREU MOURA (PMDB) Sim
- NEY LEPREVOST (PSD) Não Votou
- PARANHOS (PSC) Sim
- PASTOR EDSON PRACZYK (PRB) Sim
- PEDRO LUPION (DEM) Sim
- PÉRICLES DE MELLO (PT) Não Votou
- PLAUTO MIRÓ (DEM) Sim
- PROFESSOR LEMOS (PT) Não
- RASCA RODRIGUES (PV) Sim
- ROBERTO ACIOLLI (PV) Sim
- ROSE LITRO (PSDB) Sim
- STEPHANES JUNIOR (PMDB) Sim
- TADEU VENERI (PT) Não
- TERCILIO TURINI (PPS) Sim
- TERUO KATO (PMDB) Sim
- TONINHO WANDSCHEER (PT) Não
- VALDIR ROSSONI (PSDB) Não Votou
- WALDYR PUGLIESI (PMDB) Não Votou
- WILSON QUINTEIRO (PSB) Sim

**Totais da Votação:** SIM 34. NÃO 7. TOTAL 41  
**Resultado da Votação:** APROVADO  
**Mesa Diretora da Reunião:**  
**Presidente:** VALDIR ROSSONI  
**1º Secretário:** ROSE LITRO  
**2º Secretário:** ADEMIR BIER

# CAMPANHA SALARIAL 2013

## Sindijor considera absurda a postura das empresas de comunicação

A prática da intransigência que vem marcando as reuniões entre trabalhadores de comunicação e os patronais em diversos estados, foi vista também no Paraná. Atualmente as empresas faturam mais, porém o repasse aos trabalhadores deixa muito a desejar



Regis Luís Cardoso

Reunião realizada no dia 25 de outubro na Casa do Jornalista, sede do Sindijor

A prática da intransigência que vem marcando as reuniões entre trabalhadores de comunicação e os patronais em diversos estados foi vista também no Paraná. Atualmente as empresas faturam mais, porém o repasse aos trabalhadores deixa muito a desejar. Diretores do Sindijor, representantes do departamento jurídico da entidade e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos (Dieese) se reuniram com membros das empresas de comunicação do estado no fim de outubro. O “resumo da ópera” em relação à posição patronal pode ser definido em palavras como: postura conservadora, fechada ao diálogo e intransigência.

Desde a última negociação, em outubro de 2012, estava acordado entre as partes que, mesmo com a nova data-base estabelecida para 1º de maio, dois assuntos voltariam a ser discutidos em outubro/2013: aumento real e cláusula aditiva para a regulamentação do estágio. Mas o recado das empresas aos jornalistas foi: “queremos discutir, mas não estamos preparados”. “Imaginávamos que após esta mesa de negociação teríamos uma posição das empresas sobre nossas reivindicações; essas que estão em ata e foram acordadas. Saio insatisfeito desta reunião”, disse o presidente do Sindijor, Guilherme Carvalho.

De definitivo, o Sindijor acordou um termo aditivo à Convenção Coletiva 2012/2014, o qual está sendo registrado no Ministério do Trabalho, com reajuste de 5,69% a partir de out/2013, referente a reposição da inflação do período de out/2012 a set/2013. O Sindijor também entregou às empresas um documento sobre as Regras para Estágio em Jornalismo e ficou agendado para fevereiro de 2014 o início das negociações para uma nova Convenção Coletiva de Trabalho – CCT.

**ESTÁGIO:** “Faz 15 anos que esta discussão é adiada”, ironizou Sidnei Machado, advogado do Sindicato, sobre a não discussão da questão do estágio. Vale lembrar que durante este ano a diretoria do Sindicato dialogou com instituições de ensino em diversas regiões do Paraná

e conversou com professores e alunos de comunicação sobre o estágio regulamentado. “Após esse diálogo, foi enviado, em agosto deste ano – dois meses antes dessa reunião – ofício sobre o estágio para as empresas!”, disse Carvalho sobre a postura dos patronais.

A preocupação em relação a esta ausência de debate por parte dos patrões vai de encontro ao que acontece no mercado atualmente, em que o estágio é usado como mão de obra barata. “Nós queremos regulamentar. Isso deveria ser uma posição comum entre sindicato e empresas”, completou o presidente do Sindijor. Ainda sobre o tema, o advogado Sidnei Machado acrescentou que “este é um diálogo que busca proteger o estagiário, mas também estruturar as empresas e o mercado. Não discutir isso é uma postura muito conservadora das patronais. Nós estamos promovendo o estágio, queremos regular isso e melhorar as condições”.

**AUMENTO REAL:** Outra postura que gerou descontentamento foi referente ao aumento real. Fabiano Camargo da Silva, que representou o Dieese na mesa de negociação, explicou que as empresas de comunicação do Paraná estão na contramão dos indicadores e também das negociações pelo Brasil em outras áreas: “O panorama econômico (faturamento das empresas) apresenta melhora em diversos setores, inclusive no segmento da comunicação, mas isso não está sendo revertido ao trabalhador!”.

De acordo com os números analisados pelo Dieese, com base nos dados do Projeto Inter-Meios, o faturamento dos meios de comunicação no Brasil nos últimos nove anos apresentou um aumento de 172,66%, isso representa 70,20% acima da inflação. Em contrapartida os jornalistas paranaenses tiveram no mesmo período um reajuste que apenas repôs a inflação, um acumulado de 60,96%. “Diversos setores vêm conseguindo aumento real, mas na comunicação, mesmo com aumento no faturamento, só é repassado o valor da inflação aos jornalistas”, completou Fabiano Camargo.

### Desoneração: fique por dentro

O economista do Dieese, **Sandro Silva**, explica que esta medida do governo federal tem como objetivo reduzir os encargos sociais das empresas, através da substituição da contribuição do INSS por um percentual sobre o faturamento da empresa.



Regis Luís Cardoso

**EP: O que é a desoneração?**

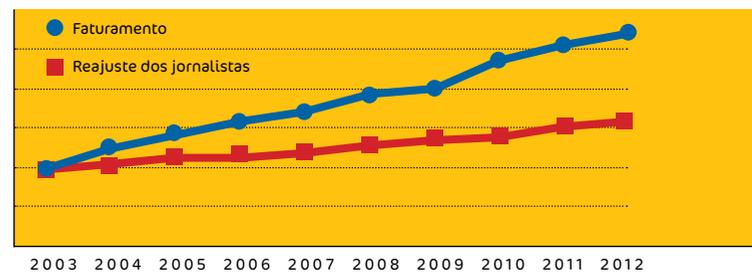
**Sandro Silva:** Quanto mais a empresa gasta pagando os trabalhadores, maior será a economia que a empresa terá com esta mudança. Passa a substituir uma parcela que é de 20% sobre o salário pelo percentual que varia de 1% a 2% do faturamento. Isso que o governo fez beneficiou empresas em diversos setores”, explica Sandro.

**EP: Como fica essa substituição para o setor da Comunicação?**

**SS:** A medida gera redução de custo para empresa. Essa redução não é linear, depende do gasto com folha salarial. Quanto mais a empresa gasta, maior será o benefício. Para o setor da comunicação você também troca um percentual sobre o salário e passa para um percentual sobre o faturamento. Segundo a pesquisa anual de serviços do IBGE, empresas de comunicação gastam em média 22% com folha de pagamento. Fizemos simulações e observamos que essas empresas de comunicação gastam o equivalente a 2,86% do faturamento com INSS. Se fizer a substituição, os 2,86% de INSS caem para 1% do faturamento. Isso gera uma economia para a empresa, representando uma redução de 1,82% no seu custo total e de 8,46% no custo com o trabalhador. A empresa vai gastar menos com INSS, e consequentemente, menos com folha de pagamento. E esse percentual aumenta quanto maior é o gasto com o pessoal.

**EMPRESAS:** A explicação dos patronais para a intransigência foi já terem acordado o reajuste de outubro (2013), garantido em negociação no ano passado. Não negociarão outros pontos antes de fevereiro de 2014, visando a data-base dos jornalistas em 1º de maio de 2014. “Hoje, segundo posição patronal, há muita diferença entre as regiões. Queremos discutir, mas não estamos preparados para saber o que devemos aceitar ou não”, disse William Zampini, representante do Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCOM). Estavam presentes na reunião representantes do Sindicato das Empresas de Jornal e revista do Paraná (Sindijor), do Sindicato das emissoras de Rádio e Televisão do Paraná (SERT), e das empresas RIC TV, Band e Folha de Londrina.

### COMPARATIVO DO REAJUSTE DOS JORNALISTAS COM O FATURAMENTO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO | 2003 A 2012



O Sindicato pleiteou aumento real de 8,46% - percentual corresponde à média de economia das empresas de comunicação com a desoneração dada pelo governo federal. “Essa desoneração dá um maior poder financeiro para as empresas. A medida visa melhorar o mercado com mais contratações ou aumento de salário. Se a empresa não contrata e não dá aumento real, para onde vai esse dinheiro?”, questionou Maigue Gueths, diretora financeira do Sindijor.

# 'Canudo 206'

## PEC do Diploma: bom para o jornalista, bom para a sociedade

Em meio a polêmicas e demasiada lentidão, a volta da obrigatoriedade do diploma de jornalista vive tempos decisivos

No início de novembro a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 206/2012, que reinstalou a exigência de diploma de Jornalismo, foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados, em Brasília. Agora a PEC do Diploma será analisada por uma comissão especial. Se aprovada, seguirá para o Plenário, onde terá de ser votada em dois turnos.

Por saber que a questão precisa ser debatida com toda a sociedade, o Sindijor conversou com Eduardo Meditsch, professor da Universidade Estadual de Santa Catarina (UFSC). Para o Sindicato, a votação da PEC do Diploma precisa estar em constante análise, principalmente por consecutivamente a pauta ser retardada na Câmara Federal. "Acredito que ela possa estar sendo retardada pelas pressões e manobras dos interesses contrários à reinstalação do diploma. Isso é natural na vida parlamentar", explica Meditsch.

O professor porto alegreense é doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa. Jornalista formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Meditsch é professor da UFSC desde 1982. Também foi editor e redator das principais rádios gaúchas, além de passagem por São Paulo e Rio de Janeiro. É diretor científico da Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), coordenador científico de vários grupos de pesquisa, principalmente no segmento rádio. Autor de publicações sobre a teoria do conhecimento em Jornalismo e sobre radiojornalismo.

**EXTRA PAUTA:** Existe muita divergência, mesmo entre os jornalistas, sobre o diploma. Na sua visão, qual a importância do 'canudo' para o profissional?

**Eduardo Meditsch:** O diploma é importante para a equiparação de nossa profissão às demais de nível superior. Isso é importante para o profissional, mas igualmente para a sociedade. As profissões de nível superior tem responsabilidade técnica sobre o que os seus profissionais fazem. Isso representa uma forma de desertificação de qualidade necessária à

informação pública na democracia, principalmente na era da internet quando é tão fácil propagar e difundir informações falsas e interessadas.

**EP:** Você analisa o profissional diplomado como mais preparado para o dia a dia da profissão?

**EM:** Quem não acredita nisso não acredita em escola. E uma civilização complexa como a nossa não funciona sem escolas especializadas. É claro que o ensino de jornalismo pode melhorar muito, e as novas diretrizes curriculares aprovadas no Conselho Nacional de Educa-

ção este ano são um grande passo neste sentido. Mas mesmo hoje, com todas as limitações do ensino em Comunicação, que perdeu muito o foco no jornalismo, ainda assim não dá para comparar um profissional formado com quem não passou pela universidade. As exceções apenas confirmam a regra.

**EP:** Há discussão dentro da academia sobre o diploma? Como vem sendo feito este debate com os estudantes e também com a sociedade por parte dos professores?

**EM:** Há na academia a mesma divisão que há entre profissionais. Isso se deve em parte ao desvio da academia nas últimas décadas, desde a imposição da Comunicação Social na ditadura, que pretendia substituir os jornalistas por Comunicadores Polivalentes a serviço de ideologias políticas. A Academia perdeu, em parte, o foco no Jornalismo, e por isso não conseguiu consolidar uma teoria coerente com a prática e útil à profissão. A consequência é uma grande confusão teórica entre os comunicólogos sobre o que é o jornalismo e sua função social inimitável, que contamina às vezes os estudantes. A derrota dos jornalistas na questão do diploma no STF foi também uma derrota teórica, pois não conseguimos convencer a sociedade, de uma maneira inquestionável, da especificidade e da necessidade social da existência do jornalismo como profissão de nível superior. Essa é uma função da academia que não está sendo cumprida adequadamente por ela. Foi o que a Comissão que elaborou as novas diretrizes constatou, e por isso

a academia vai mudar, pelo menos no nível de graduação, para se reorientar quanto à profissão e suas necessidades.

**EP:** E sobre a postura da mídia, acha que os próprios jornalistas e as empresas de comunicação têm interesse em levar essas questões à sociedade?

**EM:** Este é um assunto proibido na mídia, a não ser para levar a posição dos proprietários. Infelizmente não conquistamos ainda uma mídia à altura da democracia que temos.

**EP:** Neste período de 'ausência' do diploma, o que mudou, tanto na academia quanto no mercado, para os profissionais?

**EM:** Talvez o sindicato possa fazer um diagnóstico atual melhor do que eu na academia, pois está mais próximo das questões de mercado no dia a dia. Uma questão importante é que este curto período ainda não apagou uma cultura formada por 40 anos de exigência de diploma, e espero que não apague até que esta exigência se reestabeleça. O jornalismo brasileiro se vê ainda como uma profissão de nível universitário.

**EP:** Como os professores e as próprias instituições de ensino têm se preparado para uma possível volta do diploma de jornalista? O que muda?

**EM:** Neste sentido, não muda muito, apenas se solidifica uma posição conquistada, que por enquanto funciona por inércia, diante da precariedade da condição legal da regulamentação profissional desde a decisão equivocada do STF.



Divulgação UFSC

“ O diploma é importante para a equiparação de nossa profissão às demais de nível superior. Isso é importante para o profissional, mas igualmente para a sociedade ”

Eduardo Meditschi



## Funcionários da EBC entraram em greve

Em assembleia geral realizada simultaneamente em Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e São Luís no início de novembro, os funcionários da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), decidiram deflagrar greve no dia sete do mesmo mês

Em campanha salarial, jornalistas e radialistas rejeitaram a proposta da direção da EBC, apresentada no dia 24 de outubro, prevendo reajuste salarial pelo IPCA, aumento real de 0,5% em 2013, 0,5% em 2014 e retirada de direitos contidos no acordo coletivo anterior.

Com mais de 600 participantes, o processo de assembleia simultânea conduzida pela Comissão dos Empregados e pelos Sindicatos dos Jornalistas e dos Radialistas do DF, RJ e SP, se deu através de videoconferência. José Carlos Torves, que representou a FENAJ na assembleia realizada em Brasília, conta que o processo foi amplamente representativo e democrático. “Foi a maior assembleia da história da EBC. Houve uma proposta de paralisação por tempo

determinado, mas a proposta de greve foi vencedora por grande margem de votos e alto grau de unidade entre os trabalhadores”, conta.

Dirigentes do movimento comunicaram a decisão aos representantes da EBC nas quatro praças (DF, RJ, SP e MA), para cumprir determinação legal com 48 horas de antecedência. Com cerca de dois mil funcionários, a empresa é responsável pela TV Brasil, TV Brasil Internacional, Agência Brasil, Portal EBC, Radioagência Nacional, além de oito emissoras de rádio, como as Rádios Nacional do Rio de Janeiro e de Brasília e as Rádios MEC AM e FM. Opera serviços como o canal de televisão NBr e o programa de rádio “Voz do Brasil” (Fonte: FENAJ).

## ARGENTINA

## Justiça argentina declara Lei de Meios constitucional

A Corte Suprema de Justiça da Argentina determinou a constitucionalidade da Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual questionada pelo Grupo Clarín. A lei foi aprovada em 2009 pelo Congresso, mas uma medida cautelar outorgada ao Clarín deixou sem efeito dois de seus artigos que regulam as transferências de licenças e os prazos de aplicação da norma.

Os juízes Ricardo Lorenzetti, Eugenio Zaffaroni, Enrique Petracchi e Elena Highton de Nolasco votaram a favor da constitucionalidade total da lei. Os ministros Carlos Maqueda e Carmen Argibay votaram a constitucionalidade parcial da lei e o único voto contra por inconstitucionalidade foi do juiz Carlos Fayt.

Os artigos questionados pelo Grupo Clarín eram o 41, que estabelece que as licenças são intransferíveis, dois parágrafos do artigo 45, que fixam um limite à quantidade de licenças concentradas, o 48, que destaca a figura de um “direito adquirido por parte das



empresas que tem mais licenças que as permitidas e o 161, que dá um ano de prazo para aqueles que tem que adequar-se à lei (Fonte: EBC).

## VIOLÊNCIA

## Jornalistas se unem em protesto contra onda de agressões da PM

Repórteres fotográficos, cinematográficos, redatores e dirigentes sindicais se reuniram no fim de outubro, no auditório Vladimir Herzog (Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo), para denunciar as agressões contra os profissionais por parte da Polícia Militar de São Paulo. A coletiva e debate, organizados pelo SJSJ, contou com a presença de jornalistas vítimas de violência como Sérgio Silva, que perdeu 100% da visão do olho esquerdo devido ao disparo de uma bala de borracha, além de outros agredidos que relataram a truculência deliberada da PM.

De acordo com os dados da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), o aumento de violência contra jornalistas tem sido considerável desde as manifestações de 13 de junho. Neste período, foram registradas 102 vítimas - incluindo agressão, prisão, hostilidade e apreensão de equipamentos. Organizações que comparecem ao encontro e fizeram parte da mesa de discussão: Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo, Abraji, Arfoc-SP, Associação dos Jornalistas Veteranos no Estado de São Paulo (Ajaesp) e Central Única dos Trabalhadores (CUT).

## PEC DO DIPLOMA:

## Será que desta vez vai?



A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 206/12, que torna obrigatória a exigência de diploma de curso superior para o exercício da profissão de jornalista. Agora a PEC do Diploma será analisada por uma comissão especial. Se aprovada, seguirá para o Plenário, onde terá de ser votada em dois turnos. Para o presidente da FENAJ, Celso Schröder, a votação consagrou mais uma vitória dos jornalistas brasileiros. “Após a tramitação vitoriosa no Senado e esta votação na Comissão de Justiça, está claro que o Congresso Nacional está em sintonia com a sociedade e os jornalistas, que não aprovaram a decisão equivocada do STF em 2009”, disse. Também tramita na Câmara a PEC 386/09, do deputado Paulo Pimenta (PT-RS), que restabelece a necessidade de curso superior específico para jornalista. Essa proposta foi aprovada por comissão especial em julho de 2010 e, desde então, aguarda inclusão na pauta do Plenário (FENAJ).

## WEB

## Texto final do Marco Civil da Internet prevê decreto para obrigar guarda de dados no Brasil

O texto final do Marco Civil da Internet, apresentado no início de novembro pelo relator da proposta na Câmara dos Deputados, Alessandro Molon (PT-RJ), condiciona uma nova regulamentação. Através de decreto do governo, os provedores de internet poderão ser obrigados a exercer atividades no país a guardarem as informações em datacenters no Brasil. O projeto também deixa claro que a regra vai valer para empresas que atuam comercialmente, não sendo aplicadas para blogueiros, por exemplo.

Segundo a proposta, a obrigação de armazenamento deve considerar o porte e o faturamento da empresa no país e a amplitude da oferta do serviço ao público brasileiro. “O objetivo dessa regra é pegar, sobretudo, aqueles que têm grande porte e que, muitas vezes, alegam que não devem respeitar a lei brasileira, que protege a privacidade dos brasileiros, porque os dados estão armazenados em outro país”, disse Molon. Ainda de acordo com o deputado, as empresas poderão ter o conteúdo armazenado também no exterior, mas devem respeitar a legislação brasileira.

Outra prioridade é a obrigação da neutralidade de rede. Ao vigorar esta prática, os provedores deverão tratar da mesma forma qualquer pacote de dados, sem distinção por conteúdo, origem e destino, serviço, terminal ou aplicação. Segundo Molon, a questão da neutralidade de rede é o “coração” da proposta do Marco Civil da Internet. “Garantindo a neutralidade de rede, queremos garantir o direito de todos os brasileiros a uma internet por inteiro. Espero que a Casa proteja, sem abrir exceções. Vamos lutar com todas as forças para que [a neutralidade] não seja derrubada por nenhuma emenda”, apontou o deputado. Até o fechamento desta edição do Extra Pauta, o Marco Civil da Internet não foi votado (por Nádia Franco - EBC Brasília / Edição: Sindijor).

## COMUNICAÇÃO POPULAR



## Cascavel ganha nova rádio comunitária

A cidade de Cascavel, Região Oeste do Paraná, já recebe sua segunda rádio comunitária. Com slogan ‘Uma nova onda no ar’, o município passa a contar com a Rádio Norte FM 104.9. A inauguração oficial foi no início de outubro. A emissora está localizada no bairro São Cristóvão, com abrangência de norte a leste da cidade. O direcionamento editorial da Rádio FM reforça compromisso com a comunicação popular, dando preferência às demandas de movimentos sociais e, principalmente, com destaque especial para educação.

“Daremos atenção especial aos colégios da rede pública, com programas voltados às questões educacionais além de atender as demandas da população de nossa área de atuação”, explica o jornalista Diogo Tamoio, diretor geral da emissora. O processo de outorga da emissora tramitou no Ministério das Comunicações por sete anos, e teve seu ato de autorização de uso de rádio frequência publicado no Diário Oficial da União no dia 05 de setembro de 2013. A Rádio Norte FM será a segunda rádio comunitária de Cascavel, que já contava com Rádio Cultura FM (Subseção Cascavel - Júlio Carignano).

## PROFISSÃO

## Jornalistas da RPCTV aprovam renovação da extensão da jornada de trabalho

Por 128 a 26, os jornalistas decidiram pela renovação do acordo de extensão da jornada. A votação ocorreu dia 21 de outubro, em assembleias simultâneas realizadas nas praças do Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCOM)

A contagem dos votos foi realizada no fim de outubro na sede do Sindijor-PR, em Curitiba. O diretor-presidente do Sindicato, Guilherme Carvalho, juntamente com representantes do Grupo, Rubens Marchi Filho, Carlos Eduardo Guimarães e João Carlos Azevedo, contaram os votos dos jornalistas da RPCTV.

Apesar da proposta da não renovação ser defendida pelo Sindijor, 128 jornalistas da RPCTV optaram por renovar o acordo que está em vigor desde 2009. Outro ponto que serviu de consulta e que não está vinculado ao acordo com a empresa é o auxílio-alimentação. O Sindijor levou essa discussão aos jornalistas, que foram favoráveis.



Pedro Serápio

## CASCAVEL



Sindijor Subseção Cascavel

## Sindijor fez reuniões com empresas e visita locais de trabalho no interior

O presidente do Sindijor, Guilherme Carvalho, ao lado do diretor de interior, Julio Carignano, cumpriram agenda em Cascavel, Oeste do Paraná, em setembro. Os diretores sindicais estiveram na TV Tarobá, onde dialogaram com a direção da empresa. Os principais pontos discutidos foram o enquadramento dos trabalhadores repórteres cinematográficos, carga horária de trabalho e um banco de horas da emissora que está irregular.

Na tentativa de negociar estas questões, o Sindicato já encaminhou ofício para a empresa. “É importante essa presença dos diretores do Sindijor

em outras regiões do estado, em especial no interior, onde as condições de trabalho se encontram mais precarizadas. É uma amostra que o sindicato está buscando conhecer melhor a realidade dos locais de trabalho longe da capital” explicou Carignano.

Os diretores também visitaram as redações da RPC (Globo) e RIC (Record) para repassar informações sobre a campanha salarial. Finalizaram agenda na Assessoria de Comunicação da Unioeste, onde discutiram sobre a carga horária dos jornalistas na instituição de ensino, além de conhecer a estrutura da Rádio Comunitária Norte FM, que será inaugurada dia 11 de outubro.

## REFORMA

## Casa do Jornalista está de cara nova!

“Desde o início dos anos 80 não era feita uma obra significativa no prédio. Era um sonho da diretoria fazer este trabalho. Estamos reformando a fachada e a recepção, mas outras melhorias estão sendo planejadas”, diz Pedro Serápio, diretor de imagem do Sindijor. O projeto de reforma do prédio incluiu melhorias estruturais no telhado do prédio, auditório, área comum e na sala do Sindijor. “Tudo pensando no melhor atendimento do sindicalizado, além da aparência que estava defasada”, completa Serápio.

**VALOR:** Os gastos com as obras foram divididos entre as entidades que estão instaladas na Casa do Jornalista. A diretoria do Sindijor informa que o valor da reforma é financiado com o dinheiro do imposto sindical.



Pedro Serápio

## UNIVERSIDADE

## Sindijor visita instituições e se reúne com estudantes

No mês de outubro o diretor executivo do Sindijor, Gustavo Vidal, e Roger Pereira, membro do Conselho Fiscal da entidade, conversaram com estudantes de jornalismo em diferentes instituições de ensino da capital paranaense

Gustavo Vidal foi até a Uninter participar da Semana de Comunicação da instituição. Em debate com os alunos, o representante do Sindijor esclareceu algumas dúvidas sobre o estágio e também sobre o mercado de trabalho aos estudantes. Para o Sindicato, a luta pela regularização do estágio faz parte do dia a dia da entidade. “Buscamos conversar com estudantes, coordenações de curso e, principalmente, inserir uma cláusula sobre o tema na Convenção Coletiva de Trabalho dos jornalistas, que é assinada pelas empresas de comunicação. Assim teremos um regramento mínimo, que pode ser fiscalizado pelo Sindicato e inibir as irregularidades”, explicou o diretor do Sindijor.

Também no mês de outubro, o jornalista Roger Pereira foi até o 4º ano de jornalismo da Universidade Positivo (UP) para falar de questões como mercado de trabalho, direitos trabalhistas dos profissionais da área e a atuação do Sindijor. O jornalista apresentou aos estudantes o estudo feito pela FENAJ em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o perfil do jornalista. O estudo detalhado mostra onde estão e como trabalham os jornalistas brasileiros. “É importante explicar questões como piso salarial, jornada de trabalho, exigência de formação superior, etc... Falar também da importância do Sindijor como um respaldo para a atuação deles, negociando as condições de trabalho, denunciando o descumprimento da legislação e acordos”, concluiu Roger Pereira.

## COMUNICAÇÃO POPULAR



Joka Madruga

Presentes na mesa de palestras do curso: Maria Lúcia Becker, Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); Seu João e Camilla Hoshino, representante do Sabará e do Coletivo de Comunicação Popular; Daniel Mittelbach, TV Comunitária de Curitiba; Guilherme de Carvalho, jornalista do Sismuc; Vito Giannotti, Núcleo Piratininga de Comunicação; e Wemerson Augusto (Ceará), do Sindijor-PR, subseção Foz do Iguaçu

## Sindijor participou das atividades do II Curso de Comunicação Popular do Paraná

Diretores e funcionários do Sindijor marcaram presença no II Curso de Comunicação Popular do Paraná, realizado na APP Sindicato, em Curitiba. O presidente do Sindijor, Guilherme Carvalho, palestrou sobre “Experiência de comunicação sindical do Sindicato dos Servidores Públicos Municipal de Curitiba (Sismuc)” e Wemerson Augusto (Ceará), da subseção de Foz do Iguaçu, que ministrou debate sobre “Mídias Sociais”. Ambas as discussões

aconteceram no segundo dia do curso.

As atividades aconteceram nos dias 25, 26 e 27 de outubro. Entre os convidados, Vito Giannotti, do Núcleo Piratininga de Comunicação/RJ, deu um show! Sua palestra sobre “Linguagem de texto” foi bem direcionada à comunicação popular, estilo de linguagem e palavras chaves para fazer um trabalho para um público direcionado. Diversos comunicadores e militantes da luta pela democratização da mídia no Paraná marcaram presença.

## AIRTON CORDEIRO

## Jornalista é suspenso de seus direitos sindicais por ferir Código de Ética

O Conselho de Ética do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná propôs, por unanimidade, a aplicação de uma advertência e a suspensão dos direitos sindicais de Airton Ravaglio Cordeiro, pelo descumprimento do Código de Ética. A partir do relatório expedido pelo conselho, a diretoria executiva do sindicato decidiu acatar o voto. A medida consta no relatório do conselho que, durante as últimas semanas, ouviu as duas partes e testemunhas que estiveram envolvidas na denúncia de assédio sexual na rádio CBN. A partir da decisão, Cordeiro não poderá participar de eleições do sindicato, seja como candidato ou como votante, nem nas atividades sindicais como assembleias.

O prazo de suspensão durará até que o caso seja julgado pela justiça criminal. “Em caso de condenação por crime, que a suspensão se efetive definitivamente, eliminando-o do quadro associativo do Sindicato e extinguindo-se todo e qualquer benefício ou direito adquirido pelo seu vínculo sindical.”, diz o relatório. Os documentos completos da comissão de sindicância do conselho, tais como relatos, mensagens, matérias entre outros, serão disponibilizados apenas à vítima e ao acusado. Já o relatório e as atas das reuniões do conselho podem ser acessados por qualquer jornalista sindicalizado em dia.



# 18º Sangue Novo no Jornalismo Paranaense

A noite dos estudantes paranaenses lotou o Memorial de Curitiba

Fotos: Eduardo Moura

Estudantes e professores das instituições de ensino de diversas regiões do Paraná marcaram presença no Memorial de Curitiba. Aproximadamente 400 pessoas prestigiaram o evento. “O Sindijor considera muito importante premiar os cursos de jornalismo do Paraná. Entendemos que essa é uma forma de valorizar o trabalho feito na área acadêmica”, disse Guilherme Carvalho, presidente do Sindicato, que abriu o evento.

A premiação aconteceu na noite do dia 30 de outubro. Cascavel, Londrina, Maringá, União da Vitória e Ponta Grossa, além da capital paranaense, vibravam com os troféus conquistados. “É importante perceber a qualidade dos trabalhos que foram produzidos em várias partes do Paraná, pelas instituições de ensino, mostrando que os talentos estão em todos os cantos”, destacou Cristiane Leblelem, diretora do Sindijor, que coordenou o evento.

**SANGUE NOVO:** O prêmio valoriza o que os estudantes, orientados pelos professores e com o apoio das instituições de ensino, produzem. O Sangue Novo também é uma oportunidade de dialogar com as questões do mercado e da profissionalização no jornalismo. Este ano o prêmio contou mais uma vez com patrocínio do Banco do Brasil, e também com o apoio da Fundação Cultural de Curitiba. Para avaliar os trabalhos, o Sindijor contou com a ajuda de 66 nomes de profissionais importantes do jornalismo do Paraná e de outros estados.

Ao todo foram 367 trabalhos inscritos. O SindijorPR destaca a participação de todas as instituições de ensino, professores e estudantes do estado. Todos são vencedores, independente da colocação definida pela comissão julgadora. O Sindicato enaltece as instituições de Curitiba: UniBrasil / Opet / PUCPR / Universidade Positivo / UFPR / Uninter. E as instituições de outras regiões do estado: Unicentro (Guarapuava) / Unopar (Londrina) / UniCesumar (Maringá) / UEL (Londrina) / FAG (Cascavel) / Univel (Cascavel) / UEPG (Ponta Grossa) / UNIUV (União da Vitória).



Estudantes e professores de diversas instituições de ensino do Paraná estiveram no Memorial de Curitiba prestigiando o tradicional Sangue Novo



Fique por dentro!  
www.premiosanguebom.org